

Impopularidade e pouco resultado

Com dois anos de mandato, Michel Temer tem rejeição maior que a de Collor e não cumpriu o que prometeu

**RANIER BRAGON,
JULIO WIZIACK E
MARIANA CARNEIRO**
FOLHAPRESS

A maior parte das promessas feitas por Michel Temer (PMDB) em seu primeiro discurso como presidente da República, em maio de 2016, ou não foi cumprida ou teve realização parcial após dois anos de gestão, que se completam neste sábado (12).

Nos 28 minutos de sua fala ao dar posse aos seus ministros, o emedebista listou 19 propostas. Desse total, pode-se dizer que cumpriu integralmente até agora 2, não cumpriu 7 e nas outras 10 a execução foi parcial, em maior ou menor grau.

Para honrar integralmente uma das promessas, a redução da inflação, teve o auxílio do ritmo lento da economia no período.

Entre as que não conseguiu tirar do campo das intenções estão a redução do desemprego, o incremento da agricultura familiar, a aprovação da reforma da Previdência e a unificação e pacificação do país.

Dois anos depois, Temer tem reprovação popular recorde. Compilação das mais de 200 pesquisas de avaliação de governo feitas pelo Datafolha nas últimas três décadas mostra que a média do atual presidente da República nesses 24 meses é pior até mesmo do que a dos antecessores que sofreram impeachment, Dilma

Rousseff e Fernando Collor. No índice usado pelo instituto para calcular o desempenho popular das gestões, que vai de 0 a 200, Temer marca apenas 25 até agora.

Outras promessas que ficaram no discurso foram a "busca permanente de controle e apuração de desvios" e a "blindagem da Lava Jato contra tentativas de enfraquecê-la."

Nos seus dois anos de gestão, o emedebista viu recrudescerem contra ele e ministros de seu governo suspeitas de corrupção. Temer foi alvo de duas denúncias feitas pela Procuradoria-Geral da República e dois inquéritos no Supremo Tribunal Federal, investigações que lhe minaram o capital político. ●

JOEL SILVA/FOLHAPRESS/ND



**“
Estamos recuperando um passivo de mais de dez anos de uma política econômica equivocada e que levou o país à sua maior recessão da história”**

Secretaria de Comunicação da Presidência da República

Pouco popular, presidente tem participado de poucos eventos externos

Presidência fala em “avanços em todas as áreas”

■ Na relação com o Congresso, o pemedebista começou sua gestão com uma base de apoio de mais de 300 deputados, o que lhe permitiu aprovar em 2016 a mudança na Constituição que estabeleceu o congelamento dos gastos federais.

Na parte econômica, prometeu em 2016 resgatar a credibilidade do país, ampliar as privatizações, reduzir o desemprego, entre outras medidas. “Nosso maior desa-

fio é estancar o processo de queda livre na atividade econômica”, disse.

A economia saiu da recessão em 2017. A inflação foi reduzida à baixa recorde de 2,95%. Mas Temer não conseguiu diminuir o desemprego. E o déficit nas contas segue elevado (R\$ 106 bilhões em fevereiro).

O Planalto contrapôs a avaliação, lembrando que Temer tomou medidas que há muito tempo o

país pedia. “Estamos recuperando um passivo de mais de dez anos de uma política econômica equivocada e que levou o país à sua maior recessão da história”, lembrou. Por nota, o Palácio defendeu a política em relação aos programas sociais e lembrou que a reforma da Previdência só foi para a gaveta devido à intervenção federal na segurança do Rio, o que impede a votação de emendas no Congresso.



**SINDICATO NACIONAL DOS
AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO**
DELEGACIA SINDICAL DE SANTA CATARINA

O 13 DE MAIO E O RESGATE DE 34 TRABALHADORES DE CONDIÇÕES DE ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

No dia 13 de maio desse ano, o Brasil completa 130 anos da “abolição” (entre aspas) da escravidão. Que ironia! Uma semana antes dessa “comemoração”, uma equipe de Auditores Fiscais do Trabalho resgatou, em Rancho Queimado, região serrana do Estado de Santa Catarina, trinta e quatro trabalhadores de condições de escravidão contemporânea. Mas o que esse fato, ocorrido na semana passada, tem a nos dizer sobre aquele outro, ocorrido em 1888?

Os trabalhadores resgatados na semana passada foram aliciados na Bahia e no Espírito Santo, tinham sido trazidos para o Sul do Brasil de forma irregular para trabalharem na extração de madeira. Não haviam sido registrados. Sem qualquer condição de segurança ou garantia de sua dignidade, foram alojados em uma casa que não possuía condições mínimas de abrigá-los. Não havia camas, o que obrigava muitos trabalhadores a dormirem no chão, em espumas improvisadas, e nem tampouco cobertores (muitos reclamavam do frio, característico dessa região). No alojamento também não se disponibilizava água potável para o consumo dos trabalhadores. No local de trabalho não havia qualquer instalação sanitária, o que obrigava os trabalhadores a procurarem o “mato” para satisfação de suas necessidades fisiológicas. Esse fato revela a situação degradante a que eram expostos, sendo ofendidas a sua intimidade e sua privacidade. Na frente de trabalho, também não lhes era disponibilizada água potável para o consumo. A parca comida que lhes foi oferecida havia acabado e, há dois dias, não tinham o quê comer. A eles não tinha sido paga qualquer quantia a título de salário. Até mesmo as ferramentas de trabalho, como a motosserra por eles utilizada, seria descontada de seu salário quando, e se, algum dia, viessem a receber algum valor. Sua documentação havia sido retida e não tinham como retornar a cidade de origem, (tanto pela falta de dinheiro quanto porque sua documentação havia sido retida pelo empregador).

O resgate desses trabalhadores demonstra que a escravidão, apesar de ter sido abolida formalmente em 13 de maio de 1888, ela nunca deixou, de fato, de permeiar as relações de trabalho no País. Quando a Princesa Isabel assinou a chamada “Lei Áurea”, o que ela fez foi acabar com a escravidão apenas do ponto de vista “formal”. Se, em 2018, “comemoramos” 130 anos sem a escravidão formal, 338 anos antes desses havíamos usado todo o aparato e toda a força estatal para garantir a manutenção desse modelo. A título de curiosidade, se contabilizarmos, em anos, a história do Brasil, a cada 10 anos, 7 anos foram vividos durante a escravidão formal. O Brasil foi o último país a abolir formalmente a escravidão e foi também o país com a escravidão mais longa – 338 anos – e o destino da maioria dos escravizados que saíram da África (quase 6 dos 10 milhões que deixaram o continente). Era prática tão arraigada e tão sedimentada na cultura brasileira, que ela nunca deixou de existir.

O que houve em 1888 foi o fim da escravidão apenas na forma da Lei (fim da escravidão formal). Ao invés de se garantir a extensão dos direitos de cidadania, como a universalização da saúde e da educação e a reforma agrária, para que se superassem os 338 anos de escravidão, o que se fez nos 130 anos seguintes foi justamente o contrário. Garantiram-se as condições objetivas para que a escravidão continuasse, se reinventasse, e atravessasse os 130 anos apoiada na brutal desigualdade social, na pobreza e na miséria. Sendo assim, a escravidão contemporânea, aquela a que os 34 trabalhadores de Rancho Queimado estiveram submetidos, representa continuidade daquela que, em 1888, não acabou. É exatamente por isso que, hoje, não há o que comemorar.



LUCAS REIS DA SILVA

Bacharel em Direito e em História. Auditor Fiscal do Trabalho e Presidente da Delegacia Sindical do Sinaft em Santa Catarina.